



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO ao Tribunal de Contas da União (TCU), EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo, no que couber**, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. Relatórios de Fiscalização e Auditoria: Relatórios que apresentam análises financeiras e fiscais sobre o setor de apostas esportivas, incluindo o fluxo de capital, impacto sobre a economia doméstica e o efeito sobre a arrecadação tributária, especialmente sobre a receita potencial que poderia ser gerada com regulamentação.
2. Estudos sobre Impacto Econômico e Social: Documentos que detalham os impactos das apostas esportivas no poder de compra das famílias brasileiras, com ênfase em como o setor afeta consumidores de baixa renda e beneficiários de programas como o Bolsa Família. Estes estudos poderiam incluir dados sobre o aumento de dívidas e superendividamento entre os apostadores.
3. Relatórios sobre Riscos de Lavagem de Dinheiro: Documentos com investigações e levantamentos sobre a presença de atividades ilícitas, como lavagem de dinheiro, nas operações de apostas



online, incluindo metodologias e recomendações para mitigar tais riscos.

4. Estudos sobre Segurança de Dados: Relatórios e análises sobre o uso e proteção de dados dos consumidores em plataformas de apostas, incluindo possíveis vulnerabilidades que expõem os apostadores ao uso indevido de seus dados pessoais e financeiros.
5. Dados de Cruzamento entre Receita Federal e SUS: Relatórios que cruzem dados fiscais e de saúde pública, com o objetivo de identificar o impacto das apostas na saúde mental dos consumidores e os potenciais custos para o SUS, além da análise de renda e perfil de consumo dos apostadores, monitorados pela Receita Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.



Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, a requisição de documentos ao Tribunal de Contas da União (TCU) pela CPIBETS é essencial para aprofundar o entendimento sobre o impacto econômico e social das apostas esportivas no Brasil. O TCU tem conduzido fiscalizações relevantes no setor, monitorando o fluxo de bilhões de reais que movimentam as plataformas de apostas e destacando como a falta de regulamentação permitiu a proliferação de práticas que comprometem o orçamento familiar e aumentam os riscos de superendividamento, afetando especialmente beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família. Além disso, o TCU alertou sobre o potencial de ilícitos, como lavagem de dinheiro e uso indevido de dados pessoais dos apostadores, ressaltando a necessidade de medidas mais rigorosas para proteger os consumidores e garantir a transparência do setor. A requisição dos documentos do TCU possibilitará à CPIBETS o acesso a análises detalhadas e cruzamento de dados com outras entidades, como a Receita Federal e o SUS, revelando os impactos econômicos e psicossociais das apostas e embasando propostas de regulação robustas e eficazes para o setor.



Dessa forma, entende-se que os documentos ora solicitados desempenharão papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

